



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0007199-97.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos-SP- Representado por Constance Cardinali Aguiar – RG17.389.643-1 - desacompanhado(a) de advogado.**  
 Requerido: **JOVAIR MARUCCI DA SILVA - Desacompanhado de advogado.**

Aos 11 de setembro de 2018, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. **O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de R\$1.500,00, em 15 parcelas iguais, fixas e consecutivas, no valor de R\$100,00 cada uma, vencendo-se a primeira em 07 de outubro de 2018 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do autor, Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos-SP – CNPJ 14.985.525/0001-38 - Banco SICCOB 756 - Agência 4400 C/C 552-5, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. Assim que for efetuado o 1º depósito o autor se compromete a levar o comprovante na escola e solicitar as cartas de anuência, que deverão ser de responsabilidade do réu arcar com os custos do protesto. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.** Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Amarildo Frossard, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente: (Proprietária)

Requerido: